

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA
MONOGRAFIAS • VOLUME 4

Uma reflexão transdisciplinar
sobre a pobreza no
Dia Internacional
da Erradicação da Pobreza

Maria da Glória F. P. D. Garcia (Coordenação)



LISBOA • 2025

Título: Uma reflexão transdisciplinar sobre a pobreza no
Dia Internacional da Erradicação da Pobreza

Coordenadora: Maria da Glória F. P. D. Garcia

Série: Monografias da Academia das Ciências de Lisboa — Vol. 4

Edição: Academia das Ciências de Lisboa (<https://www.acad-ciencias.pt/>)

Data de edição: fevereiro de 2025

ISBN: 978-972-623-418-0

DOI: <https://doi.org/10.58164/vbd1-g618>

Uma reflexão transdisciplinar
sobre a pobreza no
Dia Internacional
da Erradicação da Pobreza

Maria da Glória F. P. D. Garcia (Coordenação)

ÍNDICE

Mensagem de Sua Excelência O Presidente da República <i>Marcelo Rebelo de Sousa</i>	III
Nota de Abertura <i>José Luís Cardoso</i>	V
1. Pobreza e Transdisciplinaridade <i>Maria da Glória F. P. D. Garcia</i>	1
2. Pobreza e a Procura de Causas <i>António Barreto</i>	7
3. Pobreza e Desigualdade <i>Susana Peralta</i>	11
4. Pobreza(s) e Direito(s): Algumas (Breves) Linhas <i>João Carlos Loureiro</i>	17
5. Pobreza e Finanças Públicas <i>Maria d'Oliveira Martins</i>	23
6. Pobreza e Responsabilidade Social das Empresas <i>José Pena do Amaral</i>	27
7. Paisagem Urbana e Pobreza em Lisboa: Desigualdade e Segregação Espacial <i>Maria Lucinda Fonseca</i>	31
8. Alimentação e Pobreza <i>Ana Maria Gomes</i>	45
9. O Contributo das Neurociências para a Discussão do Problema da Pobreza <i>Alexandre Castro Caldas</i>	53
10. O que sabemos e o que não sabemos sobre a Pobreza em Portugal <i>Carlos Farinha Rodrigues</i>	59
11. Arte Urbana e Pobreza <i>Bordalo II</i>	73

7. Paisagem Urbana e Pobreza em Lisboa: Desigualdade e Segregação Espacial

MARIA LUCINDA FONSECA*

1. INTRODUÇÃO

A paisagem urbana é um conceito complexo e multifacetado, que vai muito além da descrição física de edifícios, ruas e infraestruturas. Representa a materialização de dinâmicas sociais, culturais e económicas que estão em constante transformação (Harvey, 2012), refletindo as desigualdades sociais e económicas que estruturam a vida urbana, expondo os contrastes entre riqueza e pobreza, inclusão e exclusão.

Compreender a paisagem urbana implica uma abordagem que considere tanto os seus aspetos materiais como simbólicos. No plano material, a paisagem é moldada por processos económicos e políticos, como a gentrificação, a financeirização imobiliária e as políticas urbanas (Smith, 2002; Aalbers, 2016). No plano simbólico, a paisagem urbana é também portadora de significados e narrativas que influenciam a perceção e o valor atribuído a diferentes áreas da cidade (Zukin, 1995). Bairros populares ou degradados são frequentemente estigmatizados e vistos como espaços de marginalidade, enquanto áreas requalificadas e turísticas são promovidas como símbolos de modernidade e prosperidade (McGarrigle e Fonseca, 2019).

Neste contexto, a pobreza urbana manifesta-se através da exclusão social, da precariedade habitacional, da segregação espacial e da limitada

* Academia das Ciências de Lisboa; Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa; Laboratório Associado Terra.

capacidade de acesso a serviços e oportunidades (Wacquant, 2008). As desigualdades no acesso à habitação digna, a crescente privatização dos espaços públicos e a invisibilidade de certas populações na narrativa oficial das cidades são exemplos de como a pobreza se entrelaça com a configuração da paisagem urbana.

Em Lisboa, Porto, Barcelona, Roma, Atenas, como em muitas outras cidades europeias, as transformações recentes têm sido impulsionadas por forças globais como o aumento das migrações internacionais, o turismo massificado, a financeirização imobiliária e as políticas de austeridade, que resultam na exclusão de moradores de baixo rendimento das áreas centrais das cidades e na sua crescente concentração nas periferias urbanas (Harvey, 2012; Mendes, 2017; Seixas e Antunes, 2019; Malheiros, Silva e Júnior, 2024). Os idosos, os desempregados e os imigrantes estão entre os grupos mais afetados por estas dinâmicas de exclusão social.

Deste modo, o estudo da paisagem urbana e da pobreza permite-nos explorar as relações entre urbanização e desigualdade, mostrando como o espaço urbano é simultaneamente um produto e um produtor de injustiças sociais. Compreender estas dinâmicas é fundamental para desenhar políticas públicas que promovam um desenvolvimento urbano inclusivo, sustentável e equitativo, capaz de transformar a paisagem da cidade num espaço que pertence a todos, e não apenas aos interesses económicos dominantes.

Neste texto apresentamos uma análise das novas paisagens de pobreza em Lisboa, explorando sucessivamente, como as transformações urbanas e os processos de segregação espacial se inter-relacionam com dinâmicas sociais mais amplas, questionando o papel das políticas urbanas na criação e manutenção dessas desigualdades. Será dada especial atenção aos efeitos do turismo e das dinâmicas imobiliárias na reconfiguração dos territórios urbanos e das desigualdades, sobretudo no acesso à habitação, discutindo em que medida esses fatores contribuem para a exclusão de populações vulneráveis.

2. TRANSFORMAÇÕES URBANAS: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA POBREZA EM LISBOA

Polarização económica e desigualdade

Nos últimos anos, Lisboa passou por um processo de transformação urbana que trouxe mudanças marcantes na sua paisagem, dinâmica económica e estrutura social. A desindustrialização, seguida pela terciarização, impulsionou a polarização socioprofissional, com um aumento da procura de profissionais altamente qualificados, enquanto se verificou um crescimento de empregos precários e de baixos salários no setor dos serviços. Esta dualidade foi acompanhada pela precarização das condições laborais e pela diminuição dos contratos estáveis, afetando desproporcionalmente as camadas mais vulneráveis da população e acentuando as desigualdades dos rendimentos dos habitantes na cidade. Deste modo, em 2022, apesar de Lisboa se situar no conjunto dos municípios portugueses com valor mediano mais elevado do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo (€13.809), o Coeficiente de Gini, que mede a desigualdade na distribuição de rendimentos, foi superior à média nacional, ou seja de 42,5% e 35,7%, respetivamente (INE, 2024).

Estas alterações, impulsionadas por políticas de desenvolvimento urbano orientadas pelo neoliberalismo, financeirização e crescimento do turismo, têm contribuído para a produção e reprodução da pobreza na cidade.

Turismo e Mercado Imobiliário

O crescimento do turismo em Lisboa, promovido como uma estratégia de revitalização económica após a crise de 2008, trouxe benefícios económicos, mas também gerou um impacto negativo sobre a estrutura socioeconómica da cidade. A expansão rápida da indústria turística criou empregos, mas muitos deles são de baixa qualificação, instáveis e mal remunerados, contribuindo para a precariedade laboral e para a vulnerabilidade económica de trabalhadores, especialmente jovens e imigrantes.

A pressão turística também alterou drasticamente o mercado imobiliário, resultando num aumento exponencial dos preços das habitações. Muitos

proprietários optaram por converter imóveis residenciais em alojamentos temporários para turistas, contribuindo para a redução da oferta habitacional disponível para residentes permanentes. Por conseguinte, como pode ver-se no quadro 1, entre outubro de 2016 e março de 2024, o número de apartamentos para alojamento local em Lisboa, bem como a capacidade da oferta em número de utentes, mais do que triplicaram.

Quadro 1. Capacidade de alojamento em Lisboa em alojamento local (2016–2024).

MODALIDADE	outubro de 2016			março de 2024		
	Unidades	Camas	Utentes	Unidades	Camas	Utentes
Apartamentos	5 590	16 647	26 196	17 187	51 034	81 854
Estabelecimentos de hospedagem	344	3 661	5 343	1 513	12 729	17 962
Estabelecimentos de hospedagem-Hostel	102	2 737	3 600	227	8 478	10 198
Moradias	57	216	327	235	1 013	1 539
Quartos	-	-	-	114	332	506
Total Alojamento Local	6 093	23 261	35 466	19 276	73 586	112 059

Fonte: Turismo de Portugal, Registo Nacional de Alojamento local.

Este fenómeno, denominado “turistificação”, tem afetado negativamente o acesso à habitação, particularmente para as populações de menores rendimentos, que não conseguem suportar os valores inflacionados do mercado. Além disso, a transformação dos bairros tradicionais em espaços voltados para o consumo turístico, muitas vezes desarticula as redes comunitárias locais, substituindo modos de vida enraizados, por uma lógica de mercado direcionada para visitantes temporários. Essa desestruturação social intensifica a vulnerabilidade de grupos como idosos e imigrantes, que dependem dessas redes de apoio, pelo que o turismo, ao mesmo tempo que impulsiona a economia urbana, contribui para a produção de pobreza e exclusão social.

Estas dinâmicas são visíveis na transformação da paisagem de Lisboa através da mudança no perfil comercial das freguesias do centro histórico, com o encerramento de lojas tradicionais e a proliferação de serviços voltados para turistas. O resultado é uma “disneylização” da paisagem urbana, que privilegia uma imagem estetizada e comercializada da cidade, enquanto

exclui as práticas e vivências dos moradores locais. Esta exclusão não é apenas económica, mas também cultural e simbólica, contribuindo para a marginalização das comunidades locais, que veem o seu espaço ser progressivamente ocupado por interesses externos.

Gentrificação e segregação espacial

A partir da década de 1980, a liberalização económica e a integração na União Europeia trouxeram novas oportunidades de investimento, mas também desencadearam uma reestruturação profunda do mercado imobiliário e das políticas urbanas. A crise financeira de 2008 acelerou estas tendências e o resultado foi um processo de financeirização da habitação, marcado pela crescente dependência de investimentos imobiliários e pela mercantilização do espaço urbano. As políticas de incentivo ao investimento estrangeiro, como o programa de *Vistos Gold* e o regime de Residentes Não Habituais, bem como a liberalização do arrendamento (Lei das Rendas de 2012), facilitaram a compra de imóveis para especulação e transformaram Lisboa num destino turístico e de investimento imobiliário internacional (Seixas e Antunes, 2019). Estes fatores refletiram-se na subida dos preços da habitação e na transformação de bairros populares e históricos como Alfama, Mouraria e Bairro Alto em áreas de prestígio, redirecionando investimentos para a renovação de edifícios e infraestruturas e atraindo novos negócios, como cafés, restaurantes e lojas voltadas para o turismo. Além disso, a expansão da oferta de alojamento local levou ao deslocamento para áreas periféricas ou para fora da cidade dos habitantes pertencentes a grupos sociais vulneráveis.

Esta substituição de moradores tradicionais por novos residentes das classes alta e média-alta, profissionais altamente qualificados, imigrantes privilegiados, turistas temporários ou nómadas digitais, resultou num processo de exclusão social, aumentando a precariedade habitacional e a segregação socio-espacial de grupos como imigrantes laborais, idosos e desempregados de baixa qualificação (Malheiros, Silva e Júnior, 2024). Além disso, o deslocamento dos moradores mais pobres para áreas periféricas e

a consequente segregação territorial contribui para a produção da pobreza, pois limita o acesso das populações de menores recursos a oportunidades de emprego, serviços públicos de qualidade e infraestruturas urbanas. Assim, o processo de gentrificação não apenas transforma a paisagem urbana, mas também redefine quem tem direito a permanecer nos espaços centrais e valorizados da cidade, reforçando desigualdades sociais e económicas preexistentes.

Financeirização Imobiliária e Exclusão Habitacional

Em resultado do aumento do turismo e da financeirização imobiliária atrás referidos, e num contexto de aumento da pressão sobre a procura de habitação derivada sobretudo do crescimento da imigração e do número de estudantes deslocados, nacionais e internacionais, Lisboa enfrenta uma crise habitacional profunda, refletida no aumento das rendas, na escalada dos preços de venda por metro quadrado, na sobreocupação dos alojamentos e no crescimento da população em situação de sem-abrigo.

Muitos moradores, incapazes de arcar com os custos crescentes de alugar ou de aquisição de casa própria foram forçados a procurar alternativas nos subúrbios ou a viver em condições de habitação inadequadas.

Segundo dados dos Recenseamentos da População, de 2011 e 2021, no período intercensitário, o valor médio mensal da renda dos alojamentos familiares clássicos arrendados e subarrendados na cidade de Lisboa, registou um aumento de 75,3%, enquanto no conjunto do território nacional foi de 42,2%. Por sua vez, no segundo trimestre de 2024, o preço mediano das rendas por metro quadrado nos novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares situou-se em €15,63, posicionando Lisboa como a região com as rendas mais elevadas do país. O mercado de venda de habitações tem também registado uma tendência crescente dos preços. No mesmo período, o valor mediano de alojamentos familiares transacionados na cidade de Lisboa (últimos 12 meses), foi de €4203/m² (mais 104% relativamente ao quarto trimestre de 2016), sendo que no segundo trimestre de 2024 o valor mediano das transações de alojamentos familiares envolvendo

compradores com domicílio fiscal no estrangeiro foi 43,9% superior à dos compradores com domicílio fiscal em território nacional (respetivamente, 5869 e €4079/m²). Este crescimento contínuo dos preços tem tornado a aquisição de habitação própria cada vez mais inacessível para uma parte significativa da população.

A dificuldade de acesso a uma habitação condigna dos grupos sociais mais desfavorecidos refletiu-se também no aumento da proporção de alojamentos familiares ocupados como residência habitual sobrelotados: 14,8% em 2021 e 12,1% em 2011.

A sobrelotação e a precariedade habitacional dos moradores com menores recursos, frequentemente imigrantes, trabalhadores precários, desempregados e população idosa, é um dos exemplos mais evidentes de pobreza invisível nas cidades. Em Lisboa, o fenómeno do alojamento precário no centro histórico, em edifícios que ainda não foram reabilitados, reflete a permanência de uma pobreza oculta, que contrasta com a imagem turística e modernizada da cidade.

A pobreza invisível é ainda alimentada pela estigmatização social. Muitas vezes, a pobreza urbana é percebida como um problema individual ou de grupos específicos, como pessoas sem-abrigo ou moradores em bairros de barracas ou de habitação social. Esta visão ignora a diversidade de experiências de pobreza e esconde a realidade de muitas famílias de baixo rendimento que vivem em edifícios “normais”, mas que enfrentam dificuldades significativas para cobrir as despesas básicas, como alimentação, saúde e educação. Em Lisboa, por exemplo, muitos idosos que vivem sozinhos em bairros centrais não se identificam como pobres, apesar de sobreviverem com reformas insuficientes para cobrir o custo de vida. Esta invisibilidade social contribui para a perpetuação da pobreza, ao limitar a implementação de políticas públicas eficazes que respondam às necessidades reais destas populações.

Outra marca da pobreza e da exclusão habitacional na paisagem de Lisboa é o aumento da população sem-abrigo. No final de 2023, Lisboa identificou 3.378 pessoas nesta condição, das quais 594 dormiam na rua,

representando um aumento de 200 pessoas sem teto em comparação com 2022.

Diversos estudos sobre a habitação em Portugal (Oliveira, 2022; Carreiras, 2020; Oliveira e Gomes, 2014; Malheiros e Fonseca, 2011; Fonseca *et al.*, 2010) destacam o desfavorecimento da população migrante, sobretudo com baixos rendimentos e originários de países de fora da União Europeia, em relação aos nacionais, evidenciando a sua sobrerrepresentação em condições precárias, como alojamentos inadequados, sobrelotados, localizados em territórios marginalizados e condição de sem-abrigo.

Dados recolhidos pelo Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-abrigo (NPISA) de Lisboa indicam que, desde 2019, os indivíduos de nacionalidade estrangeira representam mais de 39% das pessoas identificadas em situação de sem-abrigo, atingindo 50,2% em 2020 e evidenciando um aumento significativo em relação a dados de 2009 que indicavam uma proporção de 29,1%.

Em síntese, as condições de habitação em Lisboa caracterizam-se por uma escalada nos preços das rendas e da compra de alojamentos, sobreocupação dos fogos e um aumento preocupante da população em situação de sem-abrigo.

Políticas de habitação: principais instrumentos e limitações

As políticas de habitação têm desempenhado um papel relevante, ainda que muito insuficiente, na tentativa de mitigar as carências habitacionais e as desigualdades no acesso à habitação anteriormente referidas.

Um marco importante nas políticas habitacionais em Portugal foi o Programa Especial de Realojamento (PER), lançado na década de 1990 para enfrentar o problema das barracas e alojamentos precários que proliferavam nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Este programa viabilizou o realojamento de milhares de famílias em habitações mais dignas, situadas em bairros de habitação social, provocando transformações significativas na paisagem urbana, especialmente no município de Lisboa. No entanto, apesar de ter melhorado substancialmente as condições de vida das famílias

beneficiadas, o PER teve consequências indesejadas, como a intensificação da segregação espacial e da exclusão social. Estas dinâmicas resultaram da excessiva concentração de populações socialmente homogêneas nesses bairros, bem como da escassez de espaços públicos de qualidade, equipamentos coletivos, um serviço de transportes públicos adequado e suporte social para a integração das comunidades realojadas (Antunes, 2019).

O Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) implementou vários programas destinados a apoiar o acesso ao mercado de arrendamento de habitação. Entre os mais relevantes destacam-se:

- Arrendamento a preços compatíveis com os rendimentos das famílias: incentivando o arrendamento acessível para promover estabilidade habitacional.
- Apoio no pagamento de rendas: uma medida essencial para famílias de baixos rendimentos, reduzindo o risco de despejos e situações de sem-abrigo.
- Soluções habitacionais para populações em condições indignas: este programa foca-se em populações vulneráveis, incluindo pessoas em situações de emergência habitacional.

A Câmara Municipal de Lisboa (CML) também desenvolveu iniciativas locais de atribuição de habitação e de apoio ao arrendamento, como:

- o Programa de Arrendamento Apoiado (PAA), que atribui habitação municipal a famílias vulneráveis com rendas calculadas com base nos rendimentos do agregado familiar;
- o Programa Renda Acessível, que visa aumentar a oferta habitacional para a classe média através de parcerias público-privadas, oferecendo arrendamentos a preços controlados;
- o Subsídio Municipal ao Arrendamento Acessível (SMAA) que fornece apoio financeiro direto aos municípios para compensar parte dos custos de arrendamento no mercado privado.

Esses esforços refletem a tentativa de enfrentar a escassez de habitação e melhorar as condições habitacionais, mas as dificuldades de

implementação e a insuficiência de recursos continuam a limitar a sua eficácia. Os desafios incluem a necessidade de maior coordenação entre os diferentes níveis de governo, participação das comunidades na definição dos instrumentos de política, alocação de recursos adequados e a promoção de soluções habitacionais sustentáveis e de longo prazo que garantam o direito à habitação em contextos urbanos cada vez mais complexos.

3. REPENSAR A PAISAGEM URBANA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO

A análise da paisagem urbana revela as tensões e contradições que permeiam a configuração e o desenvolvimento das cidades contemporâneas. Como referimos anteriormente, os processos de gentrificação, financeirização do mercado imobiliário, turistificação e exclusão espacial são dinâmicas que moldam a paisagem urbana, muitas vezes favorecendo interesses económicos dominantes e deixando de lado as necessidades e direitos das populações vulneráveis. No entanto, a paisagem urbana não é um elemento estático; ela é constantemente negociada, contestada e reconfigurada por aqueles que habitam a cidade, especialmente através de movimentos de resistência e reivindicações pelo direito à cidade.

A questão central que emerge desta discussão é: como podemos transformar a paisagem urbana num espaço inclusivo, que responda às necessidades de todas as camadas da população, e não apenas aos interesses das elites económicas e políticas? Esta transformação requer uma abordagem crítica e inovadora ao planeamento urbano, centrada nos princípios de justiça social, equidade e participação comunitária.

Para repensar a paisagem urbana como um espaço de inclusão, é necessário que os governos e as autoridades locais adotem políticas públicas que priorizem o direito à habitação, o acesso a espaços públicos de qualidade e a proteção contra despejos e deslocamentos forçados. As políticas de habitação social, por exemplo, devem ser expandidas e evitar a segregação espacial, promovendo a diversidade socioeconómica nos bairros urbanos (Aalbers, 2016).

Além disso, a implementação de políticas de urbanismo participativo, que envolvam ativamente os moradores na tomada de decisões sobre o desenvolvimento dos seus bairros, pode contribuir para uma maior equidade no planeamento urbano.

Um aspeto importante para criar uma paisagem urbana inclusiva é o reconhecimento e a valorização das narrativas e identidades locais. O desenvolvimento urbano deve considerar a diversidade cultural e social que compõe a cidade, integrando as histórias e memórias dos bairros populares na sua reconfiguração. A promoção de projetos culturais e de arte pública que envolvam a comunidade local pode ajudar a preservar a identidade dos bairros e a resistir à homogeneização provocada pela gentrificação e pela turistificação (Zukin, 1995).

A inclusão destas narrativas na paisagem urbana não é apenas um ato simbólico, mas uma forma de garantir que as experiências e os contributos das populações vulneráveis sejam visíveis e respeitados. Isto implica, por exemplo, evitar a remoção de símbolos e espaços culturais importantes para as comunidades locais em favor de projetos comerciais ou de luxo, e reconhecer o valor dos usos informais e das práticas quotidianas que fazem parte da vida urbana.

As iniciativas de resistência e ação coletiva, como os movimentos de habitação e os protestos pela reapropriação do espaço público, não apenas desafiam o *status quo*, mas também oferecem visões alternativas de como a cidade poderia ser organizada e utilizada. O direito à cidade, tal como formulado por Henri Lefebvre (1961), aprofundado em discussões sobre a produção social do espaço (Lefebvre, 1991) e desenvolvido por David Harvey (2012), implica não apenas o acesso físico ao espaço urbano, mas também o direito de participar na sua construção e de usufruir dos benefícios que ele proporciona.

4. A NECESSIDADE DE UMA VISÃO HOLÍSTICA DO ESPAÇO URBANO

Repensar a paisagem urbana como um espaço de inclusão exige uma visão holística que vá para além da simples transformação física do

espaço. É necessário compreender a paisagem urbana como um fenómeno multidimensional, que incorpora aspetos materiais, sociais, culturais e políticos. Esta abordagem exige que os decisores políticos considerem o impacto das suas decisões sobre a vida quotidiana dos moradores e que adotem uma perspetiva de longo prazo, focada na sustentabilidade e na resiliência urbana.

A criação de espaços urbanos inclusivos implica integrar estratégias que promovam a acessibilidade universal, o desenvolvimento sustentável e a adaptação às mudanças climáticas, garantindo que a cidade seja capaz de responder aos desafios futuros e de oferecer uma qualidade de vida digna para todos os seus habitantes. Isto requer uma mudança de paradigma, onde o desenvolvimento urbano não seja guiado pela lógica de mercado, mas sim pela procura de equidade social e bem-estar coletivo.

NOTAS FINAIS

Lisboa encontra-se num momento decisivo. As transformações urbanas das últimas décadas, embora tenham trazido benefícios económicos e reposicionado a cidade como destino turístico e de investimento, agravaram desigualdades estruturais, empurrando populações vulneráveis para a margem do espaço urbano, tanto física quanto simbolicamente. Processos como a financeirização imobiliária, a gentrificação e a turistificação demonstram que o desenvolvimento urbano, quando orientado pela lógica do mercado, tende a privilegiar elites económicas e excluir as comunidades locais.

Os desafios enfrentados por Lisboa são emblemáticos de uma crise mais ampla que afeta as cidades contemporâneas. Contudo, inspirando-se em exemplos internacionais, como Viena, Barcelona, Berlim e outras cidades europeias, Lisboa pode adotar políticas públicas que integrem habitação acessível, controle da turistificação e participação comunitária, nomeadamente as seguintes: regulação do mercado imobiliário; limitação da turistificação, criação de espaços urbanos inclusivos e fortalecimento da participação cidadã.

Para a redução da pobreza, exclusão social e segregação espacial, é essencial que a cidade adote uma visão de longo prazo que valorize não apenas o seu papel como centro económico e cultural, mas também como um espaço de habitação, convivência e equidade.

REFERÊNCIAS

- Aalbers, M.B. (2016). *The Financialization of Housing. A political Economy Approach*, New York, Routledge, 168 p.
- Antunes, G. (2019). Política de habitação social em Portugal: De 1974 à atualidade. *Forum Sociológico*, 34, pp. 7-17. <https://doi.org/10.4000/sociologico.678>
- Carreiras, M. (2020). Pensar o direito à habitação na perspetiva dos imigrantes. *Rediteia*, 52, pp. 109-121.
- Fonseca, M.L.; McGarrigle, J. e Esteves, A. (2010). Possibilities and Limitations of Comparative Quantitative Research on Immigrant's Housing Conditions, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Harvey, D. (2012). *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. Verso.
- Instituto Nacional de Estatística. (2024). Estatísticas do rendimento ao nível local - Indicadores de rendimento declarado no IRS – 2022. Lisboa, INE. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=439484045&PUBLICACOES_mod=2
- Lefebvre, H. (1968). *Le Droit à la Ville*. Paris, Anthropos.
- Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space*. Blackwell.
- Malheiros, J., Silva, D. G., Júnior, L. B. (2024). *The Contemporary Geographies of Urban Inequality: Insights from Portugal and the Lisbon Metropolitan Area*. In: Lois-González, R. C., Rio Fernandes, J. A. (Eds.). *Urban Change in the Iberian Peninsula*. Springer.
- Malheiros, J. e Fonseca, L. (Coord.) (2011). Acesso à habitação e problemas residenciais dos imigrantes em Portugal, Lisboa, ACIDI.
- McGarrigle, J., Fonseca, M. L. (2019). Urban diversity and inequality: the role of immigration in the socio-spatial organization of Lisbon. Em T. Caponio, P. Scholten, & R. Zapata-Barrero (Eds.), *The Routledge Handbook of the Governance of Migration and Diversity in Cities* (pp. 313-328). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781351108478>

- Mendes, L. (2017). *Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008–2009*. Cadernos Metrópole, 19(39), pp. 479–512.
- Oliveira, C. R. (2022). Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico. Lisboa: Observatório das Migrações.
- Oliveira, C. R. e Gomes, N. (2014). Monitorizar a integração de imigrantes em Portugal: Relatório estatístico decenal 2014, Lisboa, ACM.
- Seixas, J., Antunes, G. (2019). *Tendências recentes de segregação habitacional na Área Metropolitana de Lisboa*. Cidades, Comunidades e Território, 39, pp. 55-82.
- Smith, N. (2002). *New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy*. Antipode, 34(3), pp. 427-450.
- Wacquant, L. (2008). *Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality*. Polity.
- Zukin, S. (1995). *The Cultures of Cities*. Cambridge, MA, Blackwell.